



Documento 2: Política de emergência contra a recessão

São Paulo, 18 de novembro de 2016

O Brasil encontra-se em profunda recessão desde o início de 2015. Governo e consultorias econômicas preveem que uma recuperação tímida ocorrerá em 2017. Entretanto, até agora a economia brasileira não dá sinais de recuperação. Embora tenha havido alguma reação das empresas industriais devido à depreciação cambial, o câmbio já voltou a se apreciar, freando a retomada do setor.

Neste quadro, o governo brasileiro está imobilizado desde janeiro de 2015. Aceitou o diagnóstico incompleto de que a recessão decorreu da crise fiscal e promoveu, naquele ano, um ajuste fiscal pró-cíclico, agravando, assim, a crise. Em seguida, decidiu por um ajuste fiscal gradual – o que foi correto – e, a partir de então, limitou-se a propor reformas fiscais, algumas necessárias, presumindo, porém, que essas medidas de médio prazo resolveriam o problema de curto prazo.

Hoje está claro que o início da atual recessão decorreu da queda do preço das commodities e, principalmente, de uma crise financeira das empresas industriais e das famílias – e não uma crise de balanço de pagamentos ou de uma crise bancária (as duas formas mais comuns de crise financeira). As empresas vinham se endividando desde 2007 devido a uma taxa de lucro fortemente deprimida pela sobreapreciação cambial combinada com a elevação das taxas de juros nos últimos anos. Com balanços e fluxos de caixa deteriorados e retornos cadentes que se tornaram negativos em 2015, as empresas se endividaram e hoje estão sem condições de

investir. A elevação do desemprego, juntamente com a queda da massa salarial, por sua vez, comprometeu gravemente a capacidade de pagamento dos compromissos financeiros das famílias.

Diante da falta de perspectivas de recuperação da economia brasileira, o Grupo de Reindustrialização propõe cinco medidas emergenciais para estimular a retomada do crescimento, do emprego e da arrecadação tributária:

1. Iniciar uma firme baixa da taxa de juros;
2. Adotar medidas para reduzir o elevado endividamento de famílias e empresas, no quadro de um programa de resolução de crise;
3. Ao mesmo tempo em que a despesa pública corrente continue a ser firmemente reduzida, retomar o investimento público em infraestrutura;
4. Adotar como regra fiscal um teto que limite a despesa total do Estado ao aumento percentual do PIB do ano anterior, para que a política fiscal seja contracíclica;
5. Implementar as medidas necessárias para que a taxa de câmbio torne competitivas as empresas já eficientes – taxa esta que estimamos hoje ser de R\$ 3,80 por dólar.